

Editorial 34.1

A geopolítica da inserção internacional da produção científica brasileira

A Clarivate Analytics realizou para a Capes um relatório sobre a pesquisa científica no Brasil. Publicado em língua inglesa e intitulado *Research in Brazil: a report for CAPES by Clarivate Analytics*¹, o relatório desenha um mapa da contribuição científica das universidades brasileiras em relação aos outros países, entre 2011 e 2016.

Os dados revelam, dentre outras coisas, um abismo entre a produção científica das universidades brasileiras públicas e privadas. Utilizando como critério de análise o impacto das citações na base *Web of Science*, o relatório revela que a produção científica das universidades particulares do Brasil é incrivelmente irrelevante.

Essa relação coloca em discussão, dentre outras coisas, três problemáticas importantes: em primeiro lugar, demonstra um desvio, equívoco, erro na política pública de incentivo à produção intelectual do país. Ou os projetos de pesquisa submetidos aos editais de financiamento por pesquisadores das universidades particulares são muito inferiores aos das públicas ou há distorções mais profundas, inscritas na história das relações de poder que marcam o perfil prosopográfico dos profissionais e das organizações públicas e privadas brasileiras.

Em segundo lugar, demonstra inexistir estruturas políticas de mediação para diálogos institucionais importantes entre empresas e universidades, o que permite conjecturar: ou as universidades brasileiras não pesquisam nada relevante para o mercado brasileiro ou inexistem acoplamentos ou espaços de diálogo entre empresas e universidades.

Em terceiro lugar, sinaliza a existência de relações de poder entre as organizações acadêmicas e científicas brasileiras, especialmente entre as públicas e privadas, no sentido da institucionalização e reprodução de campos epistêmicos que dificultam as trocas de capital cultural entre os recursos humanos das públicas e das particulares.

No meio desses três abismos se encontram as fundações: as instituições acadêmicas que não são nem públicas, tampouco empresas que visam fins lucrativos, mas que se encontram igualmente submetidas às mesmas regras formais das públicas, bem como às exigências

¹ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>

informais da competitividade no mercado. No cenário atual de destruição da universidade pública brasileira, a política de abertura de novas faculdades particulares com fins lucrativos, extremamente agressivas em termos de competitividade no mercado e dependentes do Fies do governo, indica o equivocado rumo para o qual caminha a produção científica brasileira. A universidade pública entrou em processo de desmonte. Grupos econômicos bilionários estão comprando instituições particulares, transformando-as em mega-empresas lucrativas, baseadas exclusivamente em atividades de ensino, não investindo em pesquisa ou extensão.

As fundações, que não são nem públicas, tampouco competitivas nesse cenário, acabam sofrendo significativos impactos políticos e econômicos. Políticos porque, submetidas à competição agressiva do mercado das mega-corporações do ensino, as fundações já não conseguem manter o mesmo nível de financiamento e apoio à pesquisa dos seus recursos humanos. E econômicos porque, ao não conseguir manter o mesmo nível de financiamento, elas começam a desaparecer do cenário científico nacional e internacional. Elas começam a sofrer um processo de exclusão do campo simbólico que define o que é e o que não é conhecimento relevante.

O relatório da Clarivate Analytics é um mapa político, um mapa geopolítico. Um ato de poder realizado não apenas para demonstrar a importância da pesquisa da universidade pública, que tantos ataques têm sofrido pelos aparelhos do Estado nos últimos tempos, mas também uma demonstração das zonas de exclusão, as periferias do saber nas quais se encontram as universidades particulares e seus recursos humanos: professores, gestores, funcionários e alunos.

As fronteiras desenhadas neste mapa não são acidentes naturais da história da universidade brasileira. São fronteiras traçadas mediante violência, exclusão e colonização. A novidade é que as instituições particulares foram há muito tempo abandonadas à competitividade do mercado do ensino, comandado por elites ligadas ao governo (Grupo Kroton², Estácio etc), enquanto que as públicas são abandonadas pelo governo, atualmente, de um modo catastrófico e irreversível.

² O Grupo Kroton é a maior empresa de educação do mundo. Dono das marcas Anhanguera, Fama, LFG, Pitágoras, Unic, Uniderp, Unime e Unopar, o grupo cresceu com base na oferta de ensino de graduação para populações de baixa renda, dependentes de financiamento estudantil.

Segundo o estudo feito para a Capes, o Brasil se encontra no 13º lugar na lista de produção científica relevante do mundo. Interessante notar que esse ranking demonstra que a riqueza do país não é condição da sua localização política no mapa da produção científica. Países economicamente parecidos com o Brasil, como a Índia, são melhores. Outros, como México e Argentina, são piores em quantidade, mas melhores em impacto.

A produção intelectual não é uma questão determinada pela natureza, pela cultura ou pelo desenho econômico de um país. Pelo contrário, trata-se de uma questão política. Um problema de colocação política dos saberes do Brasil em um cenário internacional, dominado pelo utilitarismo dos países centrais e dos novos atores, como é o caso da China. Sem investimento em pesquisa, isto é, sem investimento em laboratórios, recursos humanos, políticas de internacionalização, de formação de redes internacionais, não há como se construir um posicionamento político do Brasil no campo científico internacional.

A situação da pesquisa no Brasil é grave, porque além de permanecer a exclusão das particulares lucrativas, as fundações agora se encontram submetidas a um mercado agressivo e hipercompetitivo, acompanhada pelo abandono e desmonte das públicas.

Poderia parecer que as públicas são importantes porque são as únicas instituições responsáveis por praticamente toda produção científica relevante do Brasil. Mas isso é um equívoco. Elas são importantes porque são as únicas que podem desenvolver pesquisa com autonomia em relação às exigências do mercado. Elas são importantes porque podem pensar com liberdade as questões que o paradigma dominante apresenta como problemas reclamando por soluções.

Nesse cenário, não menos importantes são as instituições privadas, cujas políticas de qualidade na inserção profissional, social e internacional, precisam ser repensadas e cuidadas, para que as linhas que desenham as desigualdades sociais não sejam reproduzidas, também, na dimensão do ensino e da pesquisa científica brasileira.

Prof. Dr. Rafael Lazzarotto Simioni

Editor-Chefe da Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas